

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
INSTITUTO MENINO MIGUEL  
DEPARTAMENTO DE LETRAS

MARIA APARECIDA BEZERRA GALINDO

**GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS:**  
**Intervenção do assistente social**

Recife –PE

2023

MARIA APARECIDA BEZERRA GALINDO

**GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS:  
INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Menino Miguel, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Políticas Sociais.

Orientadora: Jedivam Maria da Conceição Silva

Recife -PE

2023.1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

G158g GALINDO, MARIA APARECIDA BEZERRA GALINDO  
GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS: INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL / MARIA  
APARECIDA BEZERRA GALINDO GALINDO. - 2023.  
30 f.

Orientadora: JEDIVAM MARIA DA CONCEICAO SILVA.  
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Especialização  
em Gestão de Políticas Sociais, Recife, 2023.

1. ASSISTENTE SOCIAL. 2. DIREITO. 3. GESTÃO DE POLÍTICAS. 4. IDOSO. 5. POLÍTICA SOCIAL. I.  
SILVA, JEDIVAM MARIA DA CONCEICAO, orient. II. Título

CDD 320.6

---

## Folha de aprovação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito necessário para obtenção de título de Especialista em Gestão de Políticas Sociais. Qualquer citação atenderá as normas da ética científica.

MARIA APARECIDA BEZERRA GALINDO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

---

Orientador (a) Prof. (a), Titulação, Nome do Orientador

---

1º Examinador (a) Prof. (a), Titulação, Nome do Examinador

---

2º Examinador (a), Prof. (a), Titulação, Nome do Examinador

---

Coordenador (a), Prof. (a), Titulação, Nome do Coordenador

## **RESUMO**

A precisão de uma discussão em torno da profissão, do assistente social enquanto gestor de políticas sociais torna necessário à análise de como a política social transforma área de conhecimento e de que forma a sua gestão faz-se profissional. O objetivo desta análise foi compreender melhor a atuação do assistente social no campo da gestão de políticas sociais, abordando principalmente, as suas características, enquanto expansão da cidadania de uma sociedade, com destaque à trajetória e inserção ao exercício profissional, tendo em vista suas habilidades teórico-metodológicas e seu conhecimento de formação sobre as políticas sociais, bem como as circunstâncias e limites enfrentados a sua intervenção. O presente estudo ainda objetiva analisar a importância do serviço social na mediação do direito da pessoa idosa no CRAS do Município de Pesqueira/PE. A metodologia compreendeu de estudos de revisão da bibliografia constituído em pesquisa de natureza qualitativa exploratória, através de um plano de intervenção pensando a partir da intervenção dos profissionais na gestão das políticas sociais. Conclui que, existe a necessidade primordial de ampliar o debate em torno dessas novas habilidades e capacitação teórica e técnica ao assistente social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistente social, Direito, Gestão de Políticas, Idoso, Política Social.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. MEMORIAL .....	9
3. POLÍTICA SOCIAL, INSTRUMENTO DO SERVIÇO SOCIAL .....	12
3.1 O SUAS ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA .....	14
3.2 ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS .....	16
4. PROJETO DE INTERVENÇÃO .....	22
4.1. APRESENTAÇÃO .....	22
4.2. JUSTIFICATIVA.....	24
4.3. OBJETIVO.....	24
4.3.1 OBJETIVO GERAL .....	24
4.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	24
4.4 ATIVIDADES.....	25
4.5 METODOLOGIA .....	25
4.6 RESULTADOS ESPERADOS .....	25
4.7 AVALIAÇÃO .....	25
4.8 PREVISÃO DE CRONOGRAMA .....	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	26
REFERÊNCIAS.....	27

## 1. INTRODUÇÃO

A questão da gestão das políticas sociais há algum tempo tem sido pauta de discussões em vários espaços brasileiros, passando a vincular-se a uma concepção de sociedade organizada. No Brasil, os contextos: sociais, econômicos e políticos da atualidade exigem transformações, que acabam por afetar diretamente toda a sociedade. Desse modo as políticas públicas sociais acabam por permitir o rompimento com entraves que separam o Estado, da sociedade, passando então a participar da concepção, das decisões e da implementação destas políticas.

Sendo assim esta discussão coloca antecedentes para o pensamento da intervenção sócio-política e profissional do Serviço Social na implementação, formulação e gestão das políticas sociais. Como assinala Iamamoto (2011 p.79):

O assistente social é tido como profissional da participação, entendida como partilhamento de decisões, de poder. Pode impulsionar formas democráticas na gestão de políticas e programas, socializar informações, alargar os canais de dão voz e poder decisório à sociedade civil, permitindo ampliar sua possibilidade de ingerência na coisa pública.

Tal perspectiva, reforça a necessidade de um debate instaurado em torno da profissão, do assistente social enquanto gestor de políticas sociais. “Sabendo-se que se trata de um tema ainda pouco dialogado no cenário acadêmico, necessitando que se haja uma investigação dessa atuação na profissão, que se insere em espaços de gestão de políticas.” (Iamamoto, 2011, p.69). Nessa direção a autora segue evidenciando:

Que os profissionais contribuem ao socializarem informações que subdizem a formulação/gestão de políticas e o acesso a direitos sociais; ao viabilizarem o uso de recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada; ao interferirem na gestão e avaliação daquelas políticas, ampliando o acesso a informações a indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade (IAMAMOTO 2011 p.69).

Desta forma a abordagem do Serviço Social frente à gestão de políticas sociais coloca em contratempo: Quais os dilemas e limites enfrentados a sua intervenção? Isso porque, ao se introduzirem nos inúmeros espaços sócio-ocupacionais, é exigida desses profissionais a apropriação do debate sobre intervenção profissional travado na sua área de conhecimento. Ao mesmo tempo o estudo tem como objetivo destacar elementos considerados importantes, referente à trajetória e inserção ao exercício profissional, tendo em vista suas habilidades teórico-metodológica e seu conhecimento de formação sobre as políticas sociais. “A prática profissional do assistente social exige uma amplitude na produção de conhecimento, uma vez

que esta relação teórico-metodológica sustenta e direciona a ação das políticas públicas” (PEREIRA e BENETTI 2014).

Deste modo, coube aqui discutir esse espaço de atuação no qual se propõe o assistente social, que cotidianamente trabalha com fins de responder à falta de compreensão de atores, tido como importantes na consolidação da política pública e no seu processo de descentralização, que exige dos assistentes sociais e dos demais profissionais novas atribuições e competências.

Quando falamos em gestão social estamos nos referindo a gestão das ações sociais públicas. É, em realidade, a regência das demandas e necessidades dos cidadãos. A política social, os programas sociais, os projetos são não apenas canais dessas necessidades e demandas, mas também respostas a elas.

Foi neste século, propriamente, que as necessidades e demandas dos cidadãos foram reconhecidas como legítimas, constituindo-se em direitos. Foi também neste século que os direitos dos cidadãos se apresentaram como fundamento da política pública. No entanto, a cidadania de todos, como conquista da civilização, mantém-se na pauta das lutas políticas; é que as desigualdades sociais não desapareceram e continuam a ser a expressão mais concreta da permanente tensão e presença dos destituídos de direitos.

As prioridades contempladas pelas políticas públicas são formuladas pelo Estado, mas nascem na sociedade civil. Por isso mesmo, estão em permanente disputa. Demandas e necessidades tornam prioridade efetiva quando ingressam na agenda estatal, tornando-se interesse do Estado e não mais apenas dos grupos organizados da sociedade. As compressões políticas e econômicas globais, as novas demandas de uma sociedade complexa, os déficits públicos crônicos, a revolução informacional, a transformação produtiva, o desemprego e a precarização das relações de trabalho, a expansão da pobreza e o aumento das desigualdades sociais são alguns dos tantos fatores que engendram demandas e limites e pressionam por novos modos de gestão da política social.

Até os anos 70, estávamos acostumados a olhar os países desenvolvidos como parâmetro na conquista de bem-estar social: um Estado social forte, capaz de produzir pleno emprego e políticas sociais relativamente eficazes na produção de maior equidade e usufruto de direitos sociais extensivo a todos os cidadãos. A partir dos anos 80, assistimos a uma tendência ao desmonte do propósito essencial da política social: sua oferta universalista e redistributivista.

A transformação produtiva, o desemprego e a precarização das relações de trabalho produziram aumento da pobreza e das desigualdades sociais, enfraquecendo o protagonismo

maior da classe trabalhadora. Em contrapartida, novos atores sociais emergiram: os movimentos sociais deslocaram para a sociedade civil um papel central na definição da agenda política dos Estados.

As organizações não-governamentais são uma expressão desse novo protagonismo, alargando e revitalizando a esfera pública. A gestão social tem, com a sociedade e com os cidadãos, o compromisso de assegurar, por meio das políticas e programas públicos, o acesso efetivo aos bens, serviços e riquezas da sociedade. Por isso mesmo, precisa ser estratégica e consequente.

Este trabalho foi desenvolvido em três momentos, no primeiro o memorial descritivo registra e reflete sobre a construção da identidade pessoal, sobre as minhas formações e profissões. Este memorial é um recorte muito importante da minha trajetória profissional, como sujeito do processo de transformação pessoal e sociocultural, é uma faceta da minha vida que se relaciona ao Serviço Social e a Educação nas dimensões escolar e acadêmica, escolar enquanto docente envolvido num processo de formação com expansão dos meus conhecimentos também no Serviço Social.

O segundo capítulo conceitual mostra a relação do Serviço Social com a Política Social e a intervenção do Assistente Social nestas políticas. Temos cada vez mais uma sociedade capitalista, que produz mais riqueza que não chega para todos que realmente necessita, apesar de um dos “lemas” da Revolução Francesa, (1789/1799), ser: Igualdade, Liberdade e Fraternidade para todos, existem lutas sociais, protestos, busca de empregos e necessidade do Estado oferecer serviços sociais até os dias de hoje, onde estes profissionais lutam pela garantia de direitos incansavelmente.

O terceiro momento apresenta o Projeto de intervenção, pensando na perspectiva e com o intuito de revigorar e intensificar a rotina realizada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), é que surgiu a proposta o Projeto “Viver Bem na Melhor Idade”, para mostrar a importância de promover atividades que valorizem a pessoa idosa, buscando resgatar sua cultura, atividades, sentimentos, potencialidades e autoestima, bem como informar que as atividades com o lúdico e psicopedagógico auxiliam no desenvolvimento das potencialidades e habilidades de todo ser humano, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e valorização do idoso. O projeto está organizado com diversas oficinas, como por exemplo artesanato, danças, teatro, atividades neurolinguísticas, divididas em três dias por semana, com diversos profissionais formados e capacitados para esse acompanhamento.

## 2. MEMORIAL

Meu processo de formação acadêmica iniciou com a graduação em Serviço Social, no período de 2010 a 2013, pela Universidade Pitágoras – UNOPAR e de 2013 a 2016 cursei como bolsista pelo PROUNI, a licenciatura em Pedagogia no Instituto Superior de Pecuária (ISEP).

Filha de Severina Bezerra de Moraes e José Estevam de Moraes, agricultores, quarta filha de oito irmãos, nascida em 29 de fevereiro de 1981, no município de Pesqueira-PE, interior do Estado de Pernambuco. Aos dez anos de idade, após um período muito difícil, meus pais decidiram morar no município de Sanharó, localizado a 16 km de Pesqueira. Lá residi até vinte e um anos de idade, me casei e voltei a morar no município de Pesqueira, onde vivo até hoje.

Aos quatorze anos iniciei o nível médio, na época o magistério era uma das poucas opções de curso que aquela cidade oferecia, a partir daí foram aparecendo oportunidades de ingressar na docência nas pequenas escolas do município.

É indiscutível a importância social do trabalho que executa o professor(a). Frente as demandas do mundo contemporâneo a educação assume o papel primordial para a formação e desenvolvimento humano. Aprendi nessa rede é que a docência é uma atividade plural e repleta de dilemas pelo fato de ser uma profissão essencialmente humana, ou seja, se sustenta por meio de relações e interações entre seres humanos.

Logo ser mãe também contribuiu nesse processo. Dia 22 de fevereiro de 2003 nasceu Júlia Rafaelly Bezerra Galindo, experiência inexplicável, começou a estudar aos dois anos de idade, neste mesmo período engravidei do meu segundo filho. Ricardo Oliveira Galindo Filho, nasceu no dia 29 de julho de 2005, precisei dar uma pausa em minha vida profissional e acompanhar o crescimento e a vida escolar dos meus filhos.

Com a rotina escolar dos meninos, pude ensinar as tarefas de casa, participar das reuniões escolares e acompanhar de perto as propostas pedagógicas, foi mais uma imersão no mundo escolar. Com isso me sentia sempre no espaço pedagógico. O que percebo é que todas as experiências agregam valor do nosso processo de ensino e aprendizagem. Assim:

A experiência é a atividade do sujeito que mantém consigo uma relação na qual ele se observa, se decifra e se arrisca, potencializando significativamente as possibilidades de transformação. Isto não significa que o sujeito é soberano de si mesmo; Ao contrário, ele só se forma na interação com o outro e com o mundo (ZEA, CARVALHO e SÁ, p.87).

Desta forma, une-se os conhecimentos científicos apresentados no ambiente acadêmico, que vão auxiliar na construção de nossa capacidade crítica reflexiva e as nossas vivências e emoções. Como diz Freire (1996), que fazem parte de nossa leitura de mundo, que antecedem a leitura da palavra e nos transforma enquanto sujeitos.

Assim a formação profissional relacionada a história familiar tem valor emocional agregado e para além dos títulos o desejo de fazer a diferença com o compromisso, assiduidade, pensando no necessário desenvolvimento profissional, agregando saberes múltiplos à prática educativa. Para Morin (2003), a religação de saberes e reforma do pensamento são necessárias para o tempo presente.

Durante o tempo que passei afastada da docência, despertei novas curiosidades ligadas a ações sociais, talvez por me deparar, muitas vezes, com tantas famílias carentes, ou até mesmo vendo direitos sendo negados para quem deles necessitam, tanto na saúde, assistência, educação, muitos deles para familiares e pessoas próximas, pude estimular o interesse de conhecer melhor esses direitos negados à população de forma tão corriqueira.

Após sete anos me dedicando a minha família, decidi recomeçar a estudar, precisava dar um novo rumo em minha vida, optei naquele momento o que era mais acessível para mim, levando em conta que meus filhos ainda eram bem pequenos e não podiam passar muito tempo sozinhos, meu esposo trabalhava muitos dias em outras cidades.

Tive um pouco de receio em me ausentar do convívio com os meninos, optei em ingressar no curso de Bacharel em Serviço Social. Foi em 2010 que me redescobri em um curso que me deixava cada dia apaixonada, nascia em mim uma nova profissão.

Apesar de o curso ser de caráter semipresencial, me dediquei bastante, aproveitando cada aula, me inteirando em cada assunto abordado, a carga horária preestabelecida no cronograma curricular era cumprida severamente. Consegui evoluir muito no período de estágio, me envolvia a cada demanda, cada uma com seu diferencial, apesar de que na primeira fase do estágio obrigatório ter desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pude ver de perto o tamanho das necessidades da população mais carente onde muitas vezes seus direitos eram negados ou até mesmo nem tinham conhecimento de quais eram esses direitos.

A segunda etapa do estágio obrigatório foi no Presídio Desembargador Augusto Duque, localizado na Rua Mandacarú nº18, bairro Prado, Pesqueira-PE. A realidade naquele lugar era totalmente outra, por se tratar apenas de estágio, fui restrita de muitas informações daquele campo. A supervisão de estágio veio trazendo grandes contribuições no processo de

formação do Assistente Social e propiciando ao aluno/a estagiário/a um momento de aproximação com a ação profissional.

Assim, o/a estagiário/a é possibilitado a realizar análises críticas, desvelar fenômenos e as expressões da questão social que emergem cotidianamente nos campos sócio- ocupacionais, onde os profissionais estão inseridos. O estágio supervisionado em Serviço Social foi inserido na grade curricular como disciplina obrigatória em 1996, com as Diretrizes Curriculares, assim, configura-se como um elemento essencial para plena formação profissional. A discussão acerca dessa disciplina, elencado ao processo de formação do aluno/a e às contribuições que tal processo pode trazer aos/às assistentes sociais supervisores/as de campo, é urgente. Com o estágio supervisionado, as instituições tornam-se um espaço rico para a formação profissional e atualização dos profissionais inseridos nessas.

Antes de finalizar o curso de Serviço Social, fui contemplada em 2013, através do PROUNI, com uma bolsa de estudos para cursar Licenciatura Plena em Pedagogia, este, por sua vez, a graduação possuía uma estrutura de caráter totalmente presencial, na qual os alunos e os professores realizavam seus encontros semanais de forma presencial, cumprindo a carga horária preestabelecida no cronograma curricular, fornecida semestralmente pela publicação da grade e de acordo com a divulgação da grade e do calendário acadêmico, disponibilizado no período da matrícula.

Finalizando curso de Serviço Social em 2013/02 e Pedagogia em 2016/02, concluí duas graduações muito importantes em minha vida. Unir essas duas graduações foi uma experiência de sustentação profissional muito relevante, com crianças e, especialmente adolescentes e jovens, reiteram estreita relação com a sua proposta e se debruçam nas suas problematizações.

Durante este período (2013 a 2016), pude retomar o trabalho em escolas do município. Em 2016, através de uma seleção simplificada do Estado, assumi o cargo de Agente Socioeducativo, na Fundação de Atendimento Socioeducativo, CASE/CENIP- Arcoverde. Uma experiência nova para mim, até porque não é fácil trabalhar com adolescentes em conflito com a lei, mas se torna uma experiência a cada dia. Permaneço nesta função até os dias de hoje.

Em 2017, assumi um contrato para trabalhar no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no município de Sanharó, no qual atuei como Assistente Social até o ano de final de 2019.

Em 2020 assumi a função de coordenação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no município de Pesqueira. Função a qual me encontro até os dias de hoje.

O Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas e Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco me apresentou conceitos referentes na área de gestão pública e suas relações às questões as políticas sociais. Buscando o profissionalismo e aprofundamento na área, como liderança nos setores público e privado destacando a defesa da seguridade social, entendendo que esta deve incluir todos os direitos sociais previsto no artigo 60 da Constituição Federal (educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência, alimentação e assistência social), construindo um amplo sistema que possa responder e propiciar mudanças nas condições econômicas e sociais da população.

### 3. POLÍTICA SOCIAL, INSTRUMENTO DO SERVIÇO SOCIAL

A política social, segundo Hora (2014), é uma modalidade interventiva do Estado utilizando estrategicamente, como uma forma de diminuir os conflitos e contradições pelo processo de acumulação do capital, na medida em que procura atender determinadas necessidades sociais da população diante de questões geradas pelo conjunto de desigualdades sociais econômicas e políticas.

Dessa forma, Melo (1999) traz que a política social se inscreve na agenda de intervenção do Estado brasileiro no quadro de transformações associadas à Revolução de 30 e a Era Vargas. Muito embora historicamente, as políticas sociais venham se destacando com ações e serviços voltadas para prestar os mínimos de determinado segmento da população considerada vulnerável tanto economicamente como socialmente. Nesse sentido, Trotta (2012) segue afirmando que a “característica dominante das políticas públicas é a capacidade do Estado intervir na sociedade no sentido de equilibrar conflitos entre os planos individuais e coletivos”. Entretanto ao analisar as políticas públicas é preciso atentar para a relação estabelecida entre Estado e as políticas que é implementada em uma dada sociedade e em momentos históricos.

Nessa perspectiva a visão contraditória, em muitos casos, é interpretada como mecanismo de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, em outros como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão.

Portanto, a relação das políticas sociais e o serviço social surge na medida de implementação destas políticas, onde o Estado capitalista passa a solicitar a presença de diversos profissionais entre eles o assistente social por ter a capacidade de intervir sobre a

questão social. Iamamoto (2011) diz que “as políticas sociais deveriam ser elemento privilegiado para se pensar a função do Serviço Social na sociedade.” Segue afirmando que:

O assistente social é o profissional que trabalha com políticas sociais, de porte público ou privado e não resta dúvida ser essa uma determinação fundamental na constituição da profissão, impensável mais além da interferência do Estado nesse campo. “Entretanto as políticas sociais públicas são uma das respostas privilegiadas a questão social” (Iamamoto, 2011 p. 58).

De fato, a política social é uma matéria fundamental na formação profissional dos assistentes sociais. Para Behring (2009), todas as pesquisas e enquetes sobre inserção no mercado de trabalho demonstram as políticas sociais núcleo central como principais empregadores dos assistentes sociais.

Nesse contexto, a política social alça um estatuto teórico, no âmbito do Serviço Social, que lhe permitiu realizar a articulação entre a perspectiva analítica de sociedade e da profissão. A política social entendida, portanto, como resultado de contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização do capital permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários. (CAMPOS 1988 apud MIOTO e NOGUEIRA 2013).

Desse modo, a política social entendida como uma mediação entre economia e política, como resultado de contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização do capital, permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, ambiental entre outros. É nesse sentido que as políticas sociais devem estar voltadas para a efetivação de direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos de um Estado.

As políticas sociais nada mais são do que uma rede de proteção, de bem-estar, implementada pelo Estado a garantir a todo cidadão tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação e educação, os quais devem ser assegurados enquanto direito político e não como caridade.

Os profissionais contribuem ao socializarem informações que subsidiem a formulação e gestão de políticas e o acesso a direitos sociais. De fato, a política social e a gestão social é tão complexa quanto rica pode ser a sua definição, pelo qual se afastam e se aproximam quanto mais dissociados ou próximos estão de conceitos e práticas relacionados à cidadania, solidariedade, participação e democracia.

Compreende-se que a gestão social é construção social e histórica, constitutiva da tensão entre os projetos societários de desenvolvimento em disputa no contexto atual. (MAIA, 2005). Dessa forma, gestão de políticas sociais é demandada pelas inquietudes do trabalho profissional do assistente social nas organizações da esfera da sociedade civil. O processo de descentralização das políticas sociais públicas, especialmente sua municipalização, exige dos assistentes sociais e dos demais profissionais o desempenho de novas atribuições e competência.

A experiência acumulada da área mostra que é preciso articular distribuição de renda com trabalho social e projetos de geração de renda com as famílias. É nessa perspectiva que se efetiva a interface entre o SUAS, novo modelo de gestão da política de assistência social, com a política de segurança alimentar e a política de transferência de renda, constituindo-se, então, uma Política de Proteção Social no Brasil de forma integrada a partir do território, garantindo sustentabilidade e compromisso com um novo pacto de democracia e civilidade.

### 3.1 O SUAS ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é o modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar as ações de Assistência Social. A Assistência Social é parte do Sistema de Seguridade Social, apresentado pela Constituição Federal de 1988. O SUAS é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome e está previsto e regulamentado na lei federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Esta constituição foi à porta de entrada para o início da construção da política de assistência social na condição de política pública, dever do Estado e direito da população. Passando a trabalhar os mínimos sociais e combatendo os agravamentos da questão social por meio dos seus programas e serviços sociassistenciais. Para Simões (2010, p. 295):

Segundo a Lei, a assistência tem por finalidade assegurar a prestação das necessidades básicas, com base nas quais as políticas públicas, com a participação da comunidade, definem os mínimos sociais, de natureza mais ampla. Para reduzir os níveis de pobreza, prevê diversas estratégias: criação de programas de geração de trabalho e renda; proteção a maternidade, as crianças e aos adolescentes; apoio a gestantes; pessoas com deficiência ou pessoas idosas, desde que carentes por meio de ações continuadas de assistência social.

A Assistência Social é uma política pública nacional, um direito de todo cidadão que dela necessitar. Organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), está presente em todo território nacional. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, isto é. Aos indivíduos, famílias e a comunidade no enfrentamentos de suas necessidades,

através de serviços, benefícios, programas e projetos. O SUAS articula os esforços e os recursos dos municípios, estados e União para a execução e financiamento da Política Nacional de Assistência Social.

A política de assistência social oferece inúmeros serviços para garantir que o cidadão não fique desamparado em situações inesperadas, levando em conta sua capacidade de acessar direitos sociais. Essas situações podem estar relacionadas a idade da pessoa, ou quando algum membro da família depende de cuidados especiais, fragilidade no convívio familiar e até quando há algum desastre natural na comunidade.

Partindo deste contexto a história da Assistência Social, concebida como direito social e política pública, é bastante nova em nossa sociedade. Para compreendermos melhor é necessário remetermos ao passado histórico. Tradicionalmente, as necessidades de proteção social eram supridas pelos chamados agentes de sociabilidade primária, sendo eles, igreja, família, grupos e associações Ribeiro, (2007, p.2):

Essa concepção de necessidades de proteção social, temos como exemplo algumas passagens da Bíblia, que historicamente, influenciou tanto as ações da Igreja como a consolidação de uma restrita visão assistencialista e compensatória que, efetivamente, até hoje, incide sobre as práticas de “combate” às desigualdades sociais e o processo de estruturação de um conjunto de ações direcionadas aos caracterizados como mais visivelmente “vulnerabilizados” pela miséria.

A Assistência Social conta com uma extensa rede de unidades públicas que realiza atendimentos para pessoas ou grupos de crianças, de jovens, de mulheres, idosos, pessoas com deficiência, entre outros. As unidades da Assistência Social são: CRAS- Centro de Referência de Assistência Social; CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social; Centro POP- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua; Centro-dia de Referência para pessoa com Deficiência e suas Famílias; Unidades de Acolhimento- Casa Lar, Abrigo Institucional, República, Residência Inclusiva, Casa de Passagem.

Os benefícios assistenciais fazem parte da política de Assistência Social e são um direito do cidadão e dever do Estado. São eles: o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), o Auxílio-Inclusão e os Benefícios Eventuais.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) comporta quatro tipos de gestão da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios. As responsabilidades da União passam principalmente pela formulação, apoio, articulação e coordenação de ações. Os estados, por sua vez, assumem a gestão da assistência social dentro de seu âmbito de

competência, tendo suas responsabilidades definidas na Norma Operacional Básica. No caso da gestão municipal e do Distrito Federal, são possíveis três níveis de Habilitação ao Suas: inicial, básica e plena.

### 3.2. ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

O assistente social atua nas mais diversas políticas sociais, contratado pelo Estado para planejar, executar, monitorar e avaliar as ações. Ou seja, o Serviço Social é uma profissão requisitada pelo Estado e suas instâncias para atender as necessidades sociais via políticas sociais - decorrentes das expressões da "questão social".

Para a identificação dessas necessidades, toma como referência: o reconhecimento das expressões da "questão social"; a análise da realidade social; identifica demandas de atendimento e a atuação calcada na perspectiva dos direitos. Portanto, o assistente social atua nas contradições inerentes a constituição da sociedade capitalista e ao mesmo tempo em que responde aos interesses do empregador, interpreta o campo ocupacional no qual se insere como trabalhador assalariado. Por meio de um conjunto de saberes decorrentes do seu processo formativo, constrói respostas profissionais direcionadas as demandas apresentadas pela população usuária, bem como aquelas propostas pelo empregador. Neste sentido, o exercício profissional é construído a partir do entendimento que o profissional tem das dimensões que são constitutivas do seu fazer profissional – interventiva, ética-política; analítica e investigativa.

Observando o trabalho realizado pelos assistentes sociais vale dizer que deve ser analisado por meio de suas particularidades; no modo como os profissionais analisam as contradições constitutivas da realidade social e efetivam suas atividades. Assim, a este profissional [...] remete à compreensão do espaço institucional, enquanto expressão das contradições sociais, [...](SILVA e SILVA, 1995), bem como as implicações destas contradições nas condições objetivas de vida dos usuários que buscam no trabalho deste profissional as respostas às suas necessidades.

Desde os primórdios da profissão, o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais é direcionado majoritariamente à população que vive em condição de pobreza. Excluída do processo produtivo, da produção de bens e serviços, essa população procura no assistente social o profissional que poderá ampará-la, orientá-la para que possa superar suas necessidades sociais. Atua nas mais diversas políticas públicas, sendo reconhecido como um dos protagonistas na produção do conhecimento sobre: proteção social; contradições inerentes

ao modo de produção capitalista; implicações das desigualdades nas condições objetivas de vida da população, entre outros temas essenciais para interpretar a realidade social.

A medida em é requisitado por quem o contratou para construir respostas profissionais, o assistente social também tem reconhecido seus saberes, o que legitima o seu fazer. Esta legitimação não está somente na intervenção em si, mas decorre do modo como aqueles que requisitam o trabalho do assistente social reconhecem seus saberes, sua capacidade argumentativa e, conferem e dão aval ao fazer deste profissional. Outro aspecto fundamental para o reconhecimento do exercício profissional do assistente social é identificar as condições objetivas onde este trabalho é realizado; ao mesmo tempo em que é necessário entender o porquê do Serviço Social ser considerado uma profissão que colabora para dar vida e visibilidade às organizações.

Esta relação ganha corpo quando o profissional se apropria do conhecimento como um dos elementos presentes na profissão e necessários para sua qualificação. Cabe dizer que essa não é uma relação apriorística ou estabelecida independentemente da vontade dos sujeitos; ao contrário, ela remete ao conhecimento e aos significados que os assistentes sociais atribuem à relação no trato profissional. O modo como os assistentes sociais entendem essa relação é constituído de múltiplas determinações e visualizado no exercício profissional do assistente socializações onde os profissionais executam suas ações.

A gestão das políticas sociais significa a gerência e direção da coisa pública, este exercício de administrar e conduzir deve garantir o acesso da sociedade a benefícios e serviços de natureza pública. Para tanto analisar a gestão das políticas sociais sugere referenciar à gestão de ações públicas como resposta, as necessidades sociais que tem origem na sociedade e são incorporadas e processadas pelo Estado em diferentes esferas de poder.

Portanto, se faz necessário analisar a gestão como fenômeno sócio histórico, ou seja, compreendê-la como expressão de uma totalidade social, observando suas possibilidades e limites. Em outros termos, a gestão das políticas, programas e projetos sociais não se autonomizam dos contextos históricos em que se realizam (BARBOSA, 2004 apud BORDIN 2013).

Em termos gerais, a complexidade dos problemas sociais se torna necessária à integração dos diversos atores na gestão das políticas sociais com já afirmada. A sua execução se expressa na parceria entre o Estado, sociedade civil e demais organizações, possuindo na intersetorialidade um fator de inovação na gestão da política, que possibilita a articulação com as diversas organizações que atuam com políticas sociais.

De acordo com Junqueira, a intersectorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços como forma a garantir um acesso igual dos desiguais. Nesse contexto, apresentam-se, então novas tendências na gestão das políticas sociais, sendo uma delas a gestão compartilhada, na qual: Há uma clara percepção de que os atores sociais e sujeitos coletivos presentes na arena política são corresponsáveis na implementação de decisões e respostas às necessidades sociais ( JUNQUEIRA, 2004).

De acordo com Carvalho, (1999) Não é que o Estado perca a centralidade na gestão do social, ou deixe de ser o responsável na garantia de oferta de bens e serviços de direito dos cidadãos; o que se altera é o modo de processar esta responsabilidade. O autor segue afirmando que nesse contexto a descentralização, a participação, os fortalecimentos da sociedade civil pressionam por decisões negociadas, por políticas e programas controlados por fóruns públicos não estatais, em uma execução em parceria. Aliado a isso, os gestores assistentes sociais deverão ser lideranças capazes de atuar na gestão pública como agentes potencializadores na adesão do projeto democrático de sociedade e de gestão que se pretende o gestor público devendo ter competência teórico-metodológica, ético-política e técnico- operacional tanto para analisar os movimentos da economia, da política, da sociedade e de seus grupos e indivíduos.

Para tanto, Miotto (2001 apud Lima, 2004), chama atenção para o projeto ético político dos assistentes sociais que: [...] contém tanto uma dimensão operativa quanto uma dimensão ética, e expressa no momento em que se realiza o processo de apropriação que os profissionais fazem dos fundamentos teórico-metodológico e ético-político da profissão em determinado momento histórico. São as ações profissionais que colocam em movimento, no âmbito da realidade social, determinados projetos de profissão. Estes, por sua vez, implicam diferentes concepções de homem, de sociedade e de relações sociais.

Dessa forma Torres e Lanza (2013), considera a gestão das políticas sociais como sendo um dos principais campos de trabalho do assistente social, os autores destacam ainda dois pontos considerados importantes: a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão do Assistente social e as discussões sobre a origem da profissão no Brasil.

O debate do assistente social enquanto gestor tem ecoado principalmente com a organização da política de assistência social em um sistema descentralizado e participativo que é o SUAS. Com sua organização e padronização em serviços, programas, projetos e benefícios, os cargos de gestão protagonizam importante papel na consolidação da política pública de assistência social. Neste debate cabe destacar como foram as primeiras

aproximações do Serviço Social com a gestão. De acordo com estudiosos (Nogueira 2007, Filho; Oliveira, 2012) o campo da administração, das organizações e da gestão começa a ganhar certa visibilidade no Serviço Social a partir da década de 1980, com os movimentos de reconceituação e ruptura pelo qual a profissão estava passando.

De acordo com Rosa (2008) a atuação do Serviço Social na gestão tem seu registro no estudo do Serviço Social de empresa, campo de trabalho que foi firmando-se de forma gradativa e não somente no Brasil, mas nos demais países da América Latina, dos Estados Unidos e na Europa. É importante destacar que a Administração e o Serviço Social são dois campos de objetos distintos, pois o Serviço Social tem como seu objeto a questão social e suas múltiplas expressões e a Administração, ou gestão, define-se como [...] modo racional e calculado de ordenar os meios para atingir resultados

[...] o fundamento da gestão ou da administração é a noção de racionalidade, isto é, o uso da inteligência, da razão, para encontrar os meios mais adequados com vista à realização de resultados. Estes são definidos como objetivos a alcançar, ao passo que os meios dizem respeito às pessoas, aos modos e aos recursos que garantem a conquista dos objetivos (NOGUEIRA, 2007, p. 31).

De acordo os incisos dispostos na Lei do Conselho Federal de Serviço Social, (1993), esse profissional deve realizar ações características do planejamento e da gestão de serviços vinculados as políticas públicas, ao estabelecer como competência: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil. Segundo Yamamoto, (2011) historicamente a atuação dos profissionais assistentes sociais se consolida em espaços de instituições públicas, privadas, entidades socioassistenciais. Espaços esses reconhecidos por possibilitar a universalização de direitos sobre uma gestão democrática. Sendo assim do ponto de vista de Silva (2014 apud Bordin 2013), gestão social é tida como um processo social permeado por contradições e disputas oriundas das expressões das desigualdades sociais geradas por uma sociedade capitalista madura, que demandam e pressionam as instâncias que compõem a sociedade e os projetos societários que representam, a um processo de construção e implementação de ações e estratégias, firmadas por pactos sociais formais e/ou informais, que visem o desenvolvimento social num determinado território.

Dessa forma Cardoso e Fagundes (2013) concluem que os profissionais assistentes sociais gestores devem aliar seus princípios éticos profissionais aos princípios éticos

norteadores dos trabalhadores. Para Yazbek (2008), temos no processo de gestão o papel de politizar e dar visibilidade aos interesses da população usuária no país, sabendo que não basta tão somente a alta qualidade técnica de nosso trabalho, pois corremos o risco de sermos bons gestores despolitizados.

Visto que, os gestores deverão ser lideranças capazes de atuar na gestão pública como agentes potencializadores na adesão do projeto democrático de sociedade e de gestão que se pretende [...] o gestor público deve ter competência teórico-metodológica, ética-política e técnico-operacional tanto para analisar os movimentos da economia, da política, da sociedade e de seus grupos e indivíduos (FILHO, 2013).

Para tanto, o exercício da profissão requer um profissional informado, crítico, culto e atento ao mundo contemporâneo, competente na gestão e elaboração de projetos, avaliação de programas e projetos sociais, capacitação de recursos, gestão de pessoas, socializando informações e conhecimentos, propondo novos serviços e ampliando o espaço do Serviço Social (PEREIRA E BENETTI, 2014). No entanto para Trindade (2012) tais atribuições exigem do profissional a necessidade de elaborar procedimentos e lidar com instrumentos que possuem um perfil diferenciado daqueles utilizados no relacionamento direto com os usuários. Dessa maneira, entende-se que os assistentes sociais na gestão de política pública atuam como articuladores e negociadores dos interesses das classes subalternas por intermédio do Estado para atender e responder de maneira efetiva as condições essenciais ao exercício da cidadania.

Na proposta de um Sistema Único de Assistência Social, destaca-se a gestão como um dos eixos centrais para sua consolidação, o papel do gestor público ganha maior evidência e a fronteira citada por Nogueira (1998) aparece de forma mais precisa. Para Yazbek (2008) temos no processo de gestão do SUAS o papel de politizar e dar visibilidade aos interesses da população usuária da assistência social no país, sabendo que não basta tão somente a alta qualidade técnica de nosso trabalho, pois corremos o risco de sermos bons gestores despolitizados. De acordo com esta mesma autora a difícil tarefa está “[...] em construir o político no social” (YAZBEK apud BRASIL, 2008).

Os profissionais assistentes sociais gestores devem aliar seus princípios éticos profissionais aos princípios éticos norteadores dos trabalhadores da assistência social, sendo que para a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos as respectivas profissões deverão no seu exercício profissional ao elaborar, implantar e implementar padrões, rotinas e protocolos específicos, para normatizar e regulamentar a atuação profissional por tipo de serviço socioassistencial os seguintes princípios: defesa intransigente dos direitos socioassistenciais, compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de

qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais, promoção aos usuários do acesso a informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende, proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção e resgatando sua história de vida, compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade, reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social; incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção, garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios, devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento de seus interesses, contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.

Sendo assim, o trabalho desenvolvido pelos profissionais nas esferas de formulação, gestão e execução da política social é, indiscutivelmente, peça importante para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica da garantia dos direitos sociais, como para a consolidação do projeto ético político da profissão. Portanto, o enfrentamento dos desafios nesta área torna-se uma questão fundamental para a legitimidade ética, teórica e técnica da profissão (MIOTO E NOGUEIRA 2013). Neste aspecto Souza (2012) aponta que ao compreendermos que o Serviço Social é uma profissão historicamente constituída, percebemos também que ela é mutável e, portanto, suas determinações estão dadas na realidade.

A autora segue, afirmando que compreender a realidade em toda a sua complexidade é um desafio apresentado ao assistente social, que tem sido convocado a dar novas respostas no âmbito do exercício profissional, não apenas na execução, mas também na formulação e gestão das políticas públicas (SILVA 2014 APUD BORDIN 2013), assim como na formulação de novas elaborações teóricas, compreendendo que: [...] o esforço está, portanto, em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional [...] e o reconhecimento das atividades de pesquisa e o espírito indagativo como condições essenciais ao exercício profissional. (IAMAMOTO, 2001). Note-se que novas possibilidades de trabalho se apresentam e

necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas; se os assistentes sociais não o fizerem, outros o farão absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a eles reservados (IAMAMOTO, 2000).

A própria compreensão da função do assistente social nesses novos espaços já se configura como um desafio para a profissão, de forma que os mesmos sejam conscientemente ocupados e sirvam de instrumentos de consolidação dos princípios da ética profissional e de superação da ordem social do capital.

#### 4. PROJETO DE INTERVENÇÃO

##### 4.1 APRESENTAÇÃO

O Projeto a seguir apresenta intervenções que serão executas no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, tem como objetivo fundamental contribuir para a melhor qualidade de vida dos idosos da instituição. Pensando dessa forma surgiu o tem “Viver Bem na Melhor Idade”, através de uma proposta de intervenção, aproximar-se buscar e entender e intervir numa realidade que até então não conhecemos, buscando as possibilidades de promover uma reintegração de idosos no CRAS, e a recuperação da autoestima, oferecendo-lhes oportunidades de participar das rodas de conversas, palestras, etc.

O Serviço Social como profissão, em sete décadas de existência no Brasil e no mundo, ampliou e vem ampliando o seu raio ocupacional para todos os espaços e recantos onde a questão social explode com repercussões no campo dos direitos, no universo da família, do trabalho e do “não trabalho”, da saúde, da educação, dos/as idosos/as, da criança e dos/as adolescentes, de grupos étnicos que enfrentam a investida avassaladora do preconceito da expropriação da terra, das questões ambientais resultantes da socialização do ônus do setor produtivo, da discriminação de gênero, raça, etnia entre outras formas de violação dos direitos. Tais situações demarcam ao Serviço Social projetos e ações sistemáticas de pesquisa e de intervenções de conteúdos mais diversos, que vão além de medidas ou projetos de assistência social. Os/as assistentes sociais possuem e desenvolvem atribuições localizadas no âmbito da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, como também na assessoria a movimentos sociais e populares, eles vêm lutando em diferentes frentes e de diversas formas para defender e reafirmar direitos e políticas sociais que, inseridos em um projeto societário mais amplo, buscam cimentar as condições econômicas, sociais e políticas para construir as vias da equidade, num processo que não se esgota na garantia da cidadania.

A concepção presente no projeto ético político profissional do Serviço Social brasileiro articula direitos amplos, universais e equânimes, orientados pela perspectiva de superação das desigualdades sociais e pela igualdade de condições e não apenas pela instituição da parca, insuficiente e abstrata igualdade de oportunidades, que constitui a fonte de pensamento liberal. São estes parâmetros que balizam a defesa da Seguridade Social, entendendo que esta deve incluir todos os direitos sociais previsto no artigo 60 da Constituição Federal (educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência, alimentação e Assistência Social) de modo a conformar um amplo sistema de proteção social, que possa responder e propiciar mudanças nas perversas condições econômicas e sociais dos/as cidadãos/ãs brasileiros/as.

A Seguridade Social deve pautar-se pelos princípios da universalização, da qualificação legal e legítima das políticas sociais como direito, do comprometimento e dever do Estado, do orçamento redistributivo e da estruturação radicalmente democrática, descentralizada e participativa.

O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social do município. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. Os projetos na instituição do CRAS podem contribuir para elevar o nível da qualidade de vida se procurar desenvolver atividades socioculturais que a atuação da Assistência Social depende, fundamentalmente, de uma estratégia da parceria com a comunidade local e instituições de proteção aos direitos dos idosos para desenvolver ainda melhor.

Entretanto, com a negação destas necessidades o idoso se sente desrespeitado, inútil, improdutivo, o que contribui para uma queda na autoestima e no prazer de viver. E ainda é bem evidente a desvalorização do idoso, pois o preconceito, tabus e mitos sobre o envelhecimento estão vivos na sociedade. Mas à medida que se propõe uma educação ou reeducação da sociedade este processo será invertido e então o idoso será valorizado. E esta reeducação, que é para todos, proporcionará uma melhor qualidade de vida aos mesmos.

Pensando nessa perspectiva e com o intuito de revigorar e intensificar a rotina realizada pelo CRAS, é que surgiu a proposta o Projeto “Viver Bem na Melhor Idade”, para mostrar a importância de promover atividades que valorizem o idoso, buscando resgatar sua cultura, atividades, sentimentos, potencialidades e autoestima, bem como informar que as atividades com o lúdico e psicopedagógico auxiliam no desenvolvimento das potencialidades e

habilidades de todo ser humano, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e valorização da pessoa idosa.

## 4.2 JUSTIFICATIVA

Diante da situação de idosos participantes de comunidades organizadas, levando-se em conta a complexidade presente nos fatos sociais, que representam experiências já vividas como resultados de sua história que busque a sensibilidade de uma transformação para melhoria das condições de vida, repensando a realidade hegemônica vigente e apresentando propostas que encaminhem mudanças no resgate à cidadania do idoso na sociedade brasileira.

Nesse sentido o Estatuto do Idoso, no Art., 9º traz que é obrigação do Estado garantir a pessoa idosa a proteção a vida e a saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em relação de dignidade.

A partir do exposto, o presente projeto de intervenção pretende conhecer e melhorar as condições de vida vivenciadas pelos idosos participantes dos grupos de convivência vinculados a (Secretaria de Assistência Social) no município de Pesqueira e contribuir para uma elaboração de proposta de intervenção interdisciplinar junto a população idosa da nossa perspectiva de uma melhor interação, através da educação para a vida e que atendam a necessidade integral do ser idoso participante.

## 4.3 OBJETIVOS

### 4.3.1 Objetivo Geral

Ofertar à comunidade idosa a oportunidade de cuidar de sua saúde, através da participação em grupos de novas atividades multidisciplinares, ações essa que busquem a melhoria da qualidade de vida desses idosos, com ênfase à proteção, à saúde, à educação, das relações familiares e inter geracionais e às práticas de sociabilidade.

### 4.3.2 Objetivos específicos

Incentivar os idosos a manter sua rotina atividades sociais, através do trabalho em grupo;

Estimular a saudável convivência entre os idosos;

Promover a participação do grupo da terceira idade, em atividades sociais, culturais e artísticas;

Proporcionar palestras, campanhas sobre saúde, em parcerias com instituições governamentais e não governamentais.

Criar atividades que melhoram a qualidade de vida da terceira idade, como por exemplo, as seguintes oficinas: trabalhos desenvolvidos nos grupos em eventos, feiras, exposições.

#### 4.4 ATIVIDADES

O trabalho será realizado através de oficinas de artesanatos, estimulando a coordenação motora e a memorização. Será ainda ofertado danças, teatros e atividades neolinguísticas, todas com profissionais qualificados cada qual para tais funções.

#### 4.5 METODOLOGIA

Durante o processo, serão envolvidos diretamente a equipe do CRAS. As atividades serão realizadas três dias por semana, sendo cada dia uma atividade diferente.

Os recursos materiais para o projeto são: papel ofício, papel cartão, faixa de tecido, caixa de som, cadeiras, mesas, máquina fotográfica, telefone, transporte. Os parceiros do projeto são CRAS, equipe técnica, educadores sociais, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Gestores, Programas Sociais, Coordenadora e Equipe técnica.

#### 4.6. RESULTADOS ESPERADOS

O intuito é ofertar a comunidade de idosos de Pesqueira, a oportunidade de cuidar de sua saúde biopsicossocial, através da participação em grupos de convivência, partilhando experiências de vida através do envolvimento de atividades multidisciplinares, ações essas que buscam a melhoria da qualidade de vida para esses idosos, com ênfase à proteção, à saúde, à educação, à melhoria das relações familiares e inter geracionais e às práticas de sociabilidade.

#### 4.7 AVALIAÇÃO

A avaliação direta acontecerá através de diálogo com os participantes do projeto de intervenção logo após explanação do conteúdo, finalizando com aplicação de um questionário objetivo. Serão feitos registros escritos durante a apresentação do projeto. Posteriormente a assistente social fará a computação das respostas escritas para verificar se o objetivo foi atingido total ou parcialmente. Acredita-se que a forma escolhida para apresentação deste

projeto de intervenção despertará a atenção do público participante e interação com a equipe que estarão apresentando os conteúdos, esclarecendo dúvidas no que se refere aos serviços sócios assistenciais, entre outros. Produzir um relatório para ser entregue a gestão municipal, para apresentar para outras instituições.

#### 4.8 PREVISÃO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	MESES	
	Agosto	Setembro
1- Entrevista com os gestores	X	
2- Apresentação do projeto à equipe técnica e colaboradores	X	
3- Levantamento de necessidade da realidade institucional	X	
4- Preparação de materiais para intervenção	X	
5- Desenvolvimento do projeto (1ª etapa)		X
6- Desenvolvimento do projeto (2ª etapa)		X
7- Relatório final		X

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho mostrou como a importância e preocupação em desenvolver um trabalho na gestão de políticas sociais pautada no projeto ético-político da profissão, frente a um projeto societário, levanta um indicativo de sua materialização contida no cotidiano profissional.

Outra variável que chama atenção a ser considerada é a falta de expansão de formação em cursos ou pós-graduação na área de serviço social, os profissionais não demonstram certa clareza nas suas atribuições, sempre ficando a cargo de normativas do Estado, configurando a fragilidade na relativa autonomia da profissão.

E assim torna-se evidente que as demandas e exigências requerem rearranjo de competências técnicas, políticas e operacionais, caracterizadas como investimentos na formação profissional para práticas conscientes, consciência de se qualificar para novas competências, na esfera da execução, assim como na formulação e gestão de políticas sociais, que venham atender as diversas demandas.

É preciso ainda entender esses novos espaços, sua representatividade, suas condições de trabalho, os interesses que permeiam a reprodução das relações sociais e até mesmo de que forma esses novos espaços propiciam um exercício profissional tendo em vista o código de ética da profissão. Este que recomenda a liberdade como valor ético central, o compromisso com autonomia e valores emancipatórios dos indivíduos.

De fato, o tema precisa ser mais bem explorado no âmbito das políticas públicas sociais e do serviço social, de maneira a aprimorar a atuação profissional. O que foi abordado até então, teve como intuito apontar características das práticas dos profissionais, analisando as implicações da sua ação profissional na garantia de direitos. No entanto, ao longo do tempo as políticas moldaram-se às novas realidades, criaram e recriaram suas leis, a política de social acendeu e se fortaleceu. O desafio do assistente social na atualidade é desenvolver propostas, trabalhos criativos e inovadores, que sejam capazes de concretizar direitos sociais previstos em lei à população.

A aplicação do critério de integração a cada etapa do processo das políticas públicas amplia a oportunidade de moldar políticas e de conectar as várias fases do processo das políticas dentro de um setor específico. Isso também conecta processos de políticas entre setores, tornando assim a integração um objetivo partilhado entre os criadores de políticas e gestores públicos setoriais.

Apesar das barreiras substanciais, a melhoria da integração em todo o processo de criação de políticas públicas é uma meta pela qual vale a pena empenhar-se, onde as barreiras à criação de políticas integradas são maiores, como em cenários de “Estado fraco”, os ganhos de bem-estar decorrentes até mesmo de melhorias mínimas na eficácia da criação de políticas podem ser os melhores. Os esforços nesse sentido, mesmo quando apenas parcialmente bem-sucedidos, também podem apoiar a aprendizagem ao longo do tempo, e esse aprendizado, por sua vez, pode fornecer uma base para ganhos futuros. Os gestores públicos devem se dedicar a essa tarefa.

Um dos grandes desafios da política de assistência na atualidade é, na verdade, uma característica histórica da sociedade brasileira: há que se vencer a política do favor, enraizada nas instituições e na cultura brasileira, e a relação pedinte-doador intermediada pela figura

da/o assistente social. Essas relações constituídas historicamente e arraigadas culturalmente descaracterizam a assistência social como política pública. Essa cultura deve ser debatida com mais ênfase para que seja possível uma mudança significativa e definitiva na forma como essas questões são tratadas pela própria profissão e pela sociedade. Dessa forma, na atual conjuntura torna-se latente o cumprimento objetivo da distribuição orçamentária do Estado para cada política pública seja de fato efetivada e não sofra interferências negativas a cada troca de gestor e reitera-se que para que se tenha um bom desenvolvimento do trabalho, os profissionais de qualquer categoria necessitam de ter boas condições estruturais e financeiras.

O processo de precarização atinge também as condições de trabalho no Serviço Social, principalmente com relação às jornadas de trabalho, pois apesar de terem a jornada de trabalho de 30 horas estabelecida por lei, através de pesquisas realizadas com alguns assistentes sociais, conclui-se que grande parte cumpre uma jornada de 40 horas semanais de trabalho. Todo esse contexto aponta para as difíceis condições de trabalho a que estão submetidos aos assistentes sociais, trazendo consequências para a satisfação no trabalho e para a saúde física e mental dessas profissionais.

Pode-se apontar a necessidade e urgência de permanecermos vigilantes na luta pelos direitos sociais, principalmente na atualidade, na qual vivemos a precarização do trabalho de forma estampada e o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, duramente conquistados pela classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *A Velhice*. São Paulo: Zahaar, 1985. Acesso: 02/03/2023.

BEHRING, E. R. **Política Social no contexto da crise capitalista**. (Org.) Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. P.301- 321.

BERNARDES, D. A. De Mendonça. Aposentadoria e cidadania. IN: *A terceira idade*. São Paulo: Sesc, 2000. Acesso: 04/03/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004**. Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

## **Cartas em defesa da Política Pública da Assistência Social.**

CAMARGO, M. L. M. DE. **Repensando a arte e o lazer na terceira idade.** IN: A terceira idade. São Paulo: Sesc, 1999, Acesso: 14/03/2023.

CANOAS, Cilene S. **A condição humana do velho.** São Paulo: Cortez, 1995.

CARVALHO, M. C. B. **Gestão social:** alguns apontamentos para o debate. (Org.) Gestão social - uma questão em debate. São Paulo: EDUC-IEE, 1999. p. 19-29.

CEFESS: **Lei 8662/93**, de 7 de junho de 1993 que regulamenta a profissão de assistente social, 1993. Brasília: CFESS, 1993

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº493/2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, 2006.

FALCÃO, Maria do Carmo Brant De Carvalho. **Serviço social: Uma nova visão teórica.** São Paulo: Cortes & Moraes, 1978.

FRANÇA, Junia Lessa. **Manual para normalização de publicações técnico-ciêntíficas.** 4 Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Acesso: 07/03/2023.

HORA, MM. C. C. **A atuação do assistente social no planejamento e gestão das políticas de assistência social e saúde no Município de Aracaju-SE.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. São Cristovão: UFS, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche:** Capital Financeiro, trabalho e questão social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

JUNQUEIRA L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. MAIA, M. Gestão Social: reconhecendo e construindo referências. (Org.) **Revista Virtual Textos & Contextos**, n 4, dez. 2005.

MELO, A M. **As sete vidas da agenda pública brasileira** (ORG.) RICO, E. M. (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 2 ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1999.

NOGUEIRA. A. M. **Teoria da Administração para o século XXI.** São Paulo: Ática Universidade, 2007.

PEREIRA, L. BENETTI, G. M. F. Janice Merigo. **A importância da formação continuada dos assistentes sociais na atuação com as políticas públicas.** 2014.

RAICHELIS, R. **“O trabalho do assistente social na esfera estatal.”** (Org.) Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.

SIMÕES, Carlos: **Curso de direito do serviço social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TORRES, M. M.; LANZA, L. M. B.. **Serviço Social: exercício profissional do Assistente Social na gestão de políticas públicas**. Argumentum, Vitória (ES), v. 5, n.1, p. 197-215, jan./jun. 2013.

TROTTA, W. **Política Social: Perspectiva de Medidas Efetivamente Públicas**, retirado do site [www.achegas.net/numero/43/wellington\\_43.pdf](http://www.achegas.net/numero/43/wellington_43.pdf) Acesso em 09 de janeiro de 2023.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social**, (Org.) Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-164.